

# Narrar o que não se diz: infância, trauma e silêncio na literatura infantil latino-americana contemporânea

Ana Claudia da Silva

**Desleituras**

ISSN 2764-006X — Número 15 — jan. | fev. 2026

[ Recebido em 10. jan. 2026, aceito em 02fev. 2026 ]

DOI <https://doi.org/10.56372/desleituras.v15i15.232>

Ana Claudia da Silva

Doutora em Estudos Literários (Universidade de São Paulo). Docente do Departamento de Teoria Literárias e Literaturas da Universidade de Brasília.  
E-mail: [aclaudasilva@gmail.com](mailto:aclaudasilva@gmail.com)

**Resumo:** Este texto se aproxima de *Os afogados* (Andruetto; Rabanal, 2021) e *A mulher da guarda* (Bertrand; Acosta, 2019), narrativas ilustradas do Selo Emília, para escutar como o silêncio e a suspensão de sentido operam na literatura infantil e juvenil latino-americana. Nessas obras, experiências de trauma, perda e violência histórica não se oferecem à transparência do relato, mas retornam como fragmentos e lacunas que convocam o leitor à escuta do não-dito. Em diálogo com reflexões de María Teresa Andruetto (2020), Cecilia Bajour (2020) e com a noção de narratividade do trauma formulada por Anderson da Mata (2006), a leitura comprehende o silêncio como procedimento ético e estético que preserva o resto da experiência traumática. Articulada às Epistemologias do Sul, essa perspectiva lê tais narrativas como gestos de resistência e afirma a literatura infantil e juvenil como espaço crítico de memória, imaginação e reinvenção do humano.

**Palavras-chave:** Literatura infantil e juvenil. Narratividade do trauma. Silêncio. Resistência simbólica.

**Abstract:** This text approaches *Os afogados* (Andruetto; Rabanal, 2021) and *A mulher da guarda* (Bertrand; Acosta, 2019), illustrated narratives from the Emília imprint, to listen to how silence and the suspension of meaning operate in Latin American children's and young adult literature. In these works, experiences of trauma, loss, and historical violence do not offer themselves to the transparency of the narrative, but return as fragments and gaps that call the reader to listen to the unspoken. In dialogue with reflections by María Teresa Andruetto (2020), Cecilia Bajour (2020), and with the notion of narrativity of trauma formulated by Anderson da Mata (2006), the reading understands silence as an ethical and aesthetic procedure that preserves the remainder of the traumatic experience. Articulated with the Epistemologies of the South, this perspective reads such narratives as gestures of resistance and affirms children's and young adult literature as a critical space of memory, imagination, and reinvention of the human.

**Keywords:** Children's and young adult literature. Narrative of trauma. Silence. Symbolic resistance.

## Introdução

Narrar o que não se diz é um dos desafios centrais da literatura quando esta se confronta com experiências marcadas pela violência, pela perda e pelo trauma. Em especial no campo da literatura infantil contemporânea, tal desafio se intensifica: como dizer sem explicar em excesso? Como abordar o sofrimento histórico sem convertê-lo em espetáculo, lição ou consolo apressado? Como sustentar, na linguagem literária, aquilo que resiste à nomeação plena?

Este capítulo parte da hipótese de que determinadas narrativas infantis latino-americanas contemporâneas respondem a essas questões por meio de uma ética do silêncio. Em vez de recorrer à explicitação dos acontecimentos traumáticos, essas obras constroem zonas de espera, lacunas narrativas e imagens ambíguas que convocam o leitor a uma escuta atenta do não-dito. O silêncio, nesses textos, não se apresenta como ausência de sentido, mas como forma de elaboração simbólica da experiência, especialmente quando esta atravessa a infância.

Ao focalizar duas narrativas ilustradas publicadas pelo Selo Emilia – *Os afogados*, escrito por María Teresa Andruetto e ilustrado por Daniel Rabanal (2021), e *A mulher da guarda*, com texto de Sara Bertrand e ilustrações de Alejandra Acosta (2021) –, propomos uma leitura que articula literatura infantil, memória histórica e ética narrativa. Ambas as obras abordam experiências infantis marcadas pela perda, pela repressão política ou pela ausência de proteção, mas o fazem recusando o testemunho direto e a linearidade explicativa. Em seu lugar, instauram atmosferas de suspensão, medo e indeterminação, nas quais o trauma se inscreve de modo indireto, fragmentário e sensível.

A infância, nessas narrativas, não aparece como metáfora abstrata nem como espaço de inocência preservada, mas como lugar de inscrição da História. Ainda que as personagens infantis não compreendam plenamente os acontecimentos que as cercam, seus corpos, gestos e silêncios revelam uma profunda afetação pelo contexto social e político. A literatura torna-se,

assim, um campo privilegiado para pensar a experiência infantil diante da violência histórica, não pela via da explicação, mas pela sustentação da complexidade do vivido.

Do ponto de vista teórico, este estudo dialoga com reflexões que concebem a literatura como espaço de risco, pergunta e escuta. As contribuições de María Teresa Andruetto (2020) e Cecilia Bajour (2020) permitem compreender o silêncio como gesto estético e ético, que reconhece o leitor como co-criador de sentidos e recusa a homogeneização da experiência. A essas reflexões somam-se perspectivas oriundas das Epistemologias do Sul, que iluminam o projeto editorial do Selo Emília como gesto de resistência cultural e de valorização da bibliodiversidade latino-americana. Além disso, a reflexão de Anderson Luis Nunes da Mata (2006) sobre infância, trauma e narratividade oferece uma chave fundamental para pensar o silêncio como resto da experiência traumática — aquilo que insiste em retornar sob a forma de lacuna e interrupção.

Ao analisar *Os afogados* (Andruetto; Rabanal, 2021) e *A mulher da guarda* (Bertrand; Acosta, 2019) a partir desse horizonte, este capítulo busca contribuir para o debate sobre o lugar da literatura infantil nas Humanidades, compreendendo-a não como campo menor ou preparatório, mas como espaço crítico de elaboração ética e simbólica do humano. Narrar o que não se diz, nesse contexto, não é falhar na palavra, mas reconhecer seus limites e, ainda assim, permanecer com ela — em silêncio, em espera, em escuta.

### **Silêncio, leitura e escuta: literatura como risco e pergunta**

Pensar o silêncio como dimensão constitutiva da narrativa literária implica deslocá-lo do campo da ausência para o da escolha. Em determinadas obras, sobretudo aquelas que se confrontam com experiências-limite, o silêncio não sinaliza falha expressiva nem insuficiência da linguagem, mas um gesto ético que reconhece os limites do dizível. Ao recusar a

explicitação total, a literatura preserva a complexidade da experiência humana e evita a redução do sofrimento a enredo, lição ou espetáculo.

María Teresa Andruetto (2020) tem insistido, em sua reflexão crítica, na compreensão da literatura como espaço de risco e de pergunta. Para a autora, a escrita literária não se orienta pela oferta de respostas, mas pela abertura de zonas de inquietação que desestabilizam certezas e expõem o leitor ao desconforto do não sabido. A literatura, nesse sentido, não consola nem resolve: ela interroga. Ao propor perguntas em lugar de soluções, a narrativa literária se aproxima da experiência ética, pois reconhece aquilo que não pode ser plenamente nomeado ou pacificado pela linguagem.

Essa concepção é particularmente relevante quando se trata da literatura destinada à infância. Longe de funcionar como espaço de simplificação do mundo ou de proteção idealizada, a literatura infantil que assume o risco da pergunta reconhece a criança como sujeito capaz de lidar com a complexidade, desde que esta lhe seja apresentada sem violência simbólica. O silêncio, aqui, opera como forma de cuidado: ele protege a experiência do excesso de explicação e preserva a abertura interpretativa.

Cecilia Bajour (2020) amplia essa perspectiva ao pensar a leitura literária como exercício de escuta. Para a autora, ler não é decifrar um sentido previamente estabilizado, mas participar de um processo dialógico em que texto e leitor se afetam mutuamente. A escuta, nesse contexto, não se reduz à recepção passiva da palavra do outro; ela exige atenção, tempo e disponibilidade para habitar a espera. O silêncio, longe de interromper a comunicação, constitui a condição para que o vínculo entre leitor e texto se estabeleça.

Ao associar leitura e escuta, Bajour desloca a centralidade do sentido fechado para a experiência compartilhada da interpretação. Narrativas que apostam no não-dito não abandonam o leitor; ao contrário, confiam nele. Ao abrir lacunas e zonas de indeterminação, essas obras reconhecem o leitor como co-

-criador de sentidos, convocado a sustentar a ambiguidade e a multiplicidade interpretativa. Trata-se de uma ética da leitura que recusa tanto o autoritarismo do texto explicativo quanto a indiferença diante do sofrimento narrado.

Essa postura encontra ressonância nas reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2013) sobre as Epistemologias do Sul, que denunciam a homogeneização dos saberes e defendem a valorização de formas plurais de conhecimento e de expressão. Ao reconhecer a coexistência de diferentes modos de narrar e compreender o mundo, esse horizonte epistemológico ilumina a literatura como campo privilegiado de resistência simbólica. A recusa da transparência absoluta e do discurso totalizante aproxima a narrativa literária de uma ecologia de saberes, na qual o silêncio e a opacidade não são déficits, mas modos legítimos de dizer.

No âmbito da produção editorial, o projeto do Selo Emília pode ser compreendido como gesto alinhado a essa perspectiva. Ao reunir narrativas latino-americanas que abordam experiências infantis marcadas pela perda, pela violência e pela ausência, o selo apostava em uma literatura que não simplifica a infância nem a instrumentaliza pedagogicamente. As obras publicadas recusam o fechamento moral e preservam zonas de indeterminação que exigem do leitor uma postura ética de escuta.

### **Silêncio, trauma e narratividade: a infância como resto da experiência**

Se o silêncio pode ser compreendido como gesto ético e escolha narrativa, é necessário avançar na reflexão para pensar de onde ele emerge quando a narrativa se confronta com experiências traumáticas. Nesse ponto, a reflexão desenvolvida por Anderson Luis Nunes da Mata (2006) sobre infância, trauma e narratividade oferece uma chave decisiva para compreender o modo como a literatura elabora aquilo que não pode ser plenamente dito.

Ao discutir a relação entre experiência histórica e formas narrativas, Mata (2006) destaca que o trauma não se apresenta como acontecimento inteiramente narrável. Ao contrário, ele se manifesta como resto, como interrupção da experiência e da linguagem, insistindo sob a forma de lacuna, silêncio e fragmento. A narrativa literária, nesse contexto, não restitui o sentido perdido nem recompõe a totalidade da experiência; ela opera por deslocamentos, contornos e aproximações, reconhecendo os limites da palavra diante da violência histórica.

Essa perspectiva desloca o silêncio do campo da técnica para o da experiência. Ele não é um recurso acrescentado à narrativa, mas a marca de algo que não pôde ser simbolizado no momento em que ocorreu. Quando a experiência excede as possibilidades de compreensão e nomeação, o que resta não é o relato, mas o vestígio: um medo difuso, uma atmosfera de ameaça, uma sensação persistente de insegurança.

É nesse sentido que a infância ocupa um lugar central. Ainda que a criança não compreenda racionalmente os acontecimentos que a cercam, ela é profundamente afetada por eles. A violência histórica se inscreve no corpo, nos gestos, nos silêncios e nas narrativas interrompidas. A literatura que se ocupa dessas experiências não pode, portanto, assumir a forma do testemunho direto sem falsear a própria natureza do trauma.

As narrativas aqui analisadas optam por formas indiretas de elaboração, nas quais o silêncio, a fragmentação e a ambiguidade não são falhas expressivas, mas modos de fidelidade à experiência vivida. O trauma não aparece como evento delimitado, mas como presença difusa que atravessa o cotidiano e desorganiza a percepção do tempo e do espaço.

Essa narratividade do silêncio constitui uma forma ética de resistência à simplificação da dor e à espetacularização do sofrimento. Ao preservar o não-dito, a literatura reconhece que há experiências que não se deixam converter em relato, mas que ainda assim exigem ser acolhidas. A infância emerge, assim, como espaço crítico de elaboração do trauma, e a litera-

tura, como lugar em que o não-dito encontra forma de permanecer — não como ausência, mas como presença inquietante.

### **Os afogados: silêncio, metáfora e medo como forma narrativa**

A narrativa ilustra da *Os afogados*, de María Teresa Andruetto e Daniel Rabanal (2021), inscreve-se no campo da literatura que se aproxima da memória política latino-americana por vias oblíquas, recusando a explicitação histórica direta e apostando na potência da metáfora, da fragmentação e do silêncio. O livro não se organiza como relato testemunhal da ditadura argentina, mas como elaboração sensível de uma experiência atravessada pelo medo, pela perseguição e pela ameaça constante, cuja inteligibilidade se dá mais no plano atmosférico do que no narrativo linear.

A história apresenta um casal jovem em dois tempos que se alternam: o do início do namoro e o da vida adulta, quando, já casados e com um filho pequeno, buscam refúgio em uma casa abandonada, tentando escapar da vigilância e da repressão. Esse movimento temporal fragmentado impede a construção de uma narrativa contínua e reforça a sensação de instabilidade, como se o passado e o presente se contaminassem mutuamente. O medo não se localiza em um evento isolado, mas se espalha pela narrativa como uma presença difusa, que atravessa gestos, silêncios e decisões cotidianas.

Nesse sentido, a mancha escura que aparece na areia da praia – elemento central da narrativa – não funciona como símbolo transparente, mas como imagem perturbadora que resiste à interpretação imediata. A referência aos chamados “voos da morte”, prática adotada pela ditadura argentina para o desaparecimento de presos políticos, não é explicitada no texto verbal. Ela se insinua por meio da imagem, da repetição e do silêncio que a circunda. O gesto narrativo desloca o foco do acontecimento histórico para seus efeitos sensíveis, fazendo do medo uma experiência compartilhável sem que se torne plenamente dizível.

As ilustrações de Daniel Rabanal desempenham papel decisivo nesse processo. Colocadas antes e depois do texto verbal, elas não acompanham a narrativa de modo ilustrativo, mas instauram uma camada própria de significação. Os traços sombreados, a paleta escura e a ausência de contornos definidos contribuem para a construção de uma atmosfera de ameaça permanente, na qual o não-dito adquire densidade visual. A imagem não explica; ela intensifica a experiência do silêncio.

Esse funcionamento narrativo aproxima *Os afogados* (Andruetto; Rabanal, 2021) daquilo que Anderson da Mata (2006) define como narratividade do trauma, entendida não como restituição do acontecimento, mas como elaboração indireta de seus vestígios. O trauma, aqui, não se organiza como relato contínuo nem como memória estabilizada; ele irrompe sob a forma de imagens inquietantes, cortes temporais e silêncios que interrompem a linearidade da experiência. Ao recusar a explicitação do evento histórico, a narrativa reconhece que a violência política não se deixa narrar por completo, inscrevendo-se antes como fragmento e atmosfera, constitutivos da experiência histórica vivida.

A presença da criança na narrativa reforça esse movimento. Ainda que o foco não recaia exclusivamente sobre a infância, a figura do filho pequeno introduz uma camada ética fundamental. A criança habita um mundo atravessado pelo medo, sem que lhe sejam oferecidas explicações claras. Sua experiência é marcada por gestos de proteção, silêncios e deslocamentos, que evidenciam como a violência política se inscreve na infância mesmo quando não é compreendida racionalmente. A repressão, aqui, não é apenas um fato histórico; é uma atmosfera que molda a percepção do mundo.

Ao recusar o fechamento narrativo e deixar em suspenso o sentido da mancha, *Os afogados* (Andruetto; Rabanal, 2021) convoca o leitor a permanecer na espera. Não há resolução, esclarecimento ou redenção. O silêncio final não apazigua; ele prolonga a inquietação. Trata-se de uma escolha estética que se articula a uma ética da narrativa: não transformar o sofrimen-

to em espetáculo nem reduzir a experiência traumática a uma lição moral.

Nesse sentido, *Os afogados* (Andruetto; Rabanal, 2021) exemplifica de maneira contundente o modo como a literatura infantil latino-americana contemporânea pode abordar a memória da violência política sem recorrer ao didatismo ou à explicitação excessiva. Ao narrar o que não se diz, a obra sustenta o silêncio como espaço de escuta e de resistência, preservando a complexidade da experiência humana diante da História.

### ***A mulher da guarda: espera, proteção ambígua e imaginação como abrigo***

Em *A mulher da guarda* (2019), de Sara Bertrand e Alessandra Acosta, a experiência infantil da perda e da precariedade da proteção é elaborada por meio de uma narrativa que se constrói na fronteira entre o cotidiano e o onírico. Diferentemente de *Os afogados* (Andruetto; Rabanal, 2021), em que o medo se articula à memória política e à repressão histórica, aqui o trauma se manifesta a partir da ausência materna e da fragilidade dos vínculos de cuidado, instaurando uma atmosfera de espera e vulnerabilidade que atravessa toda a narrativa.

A protagonista, Jacinta, vive em um mundo em que as outras crianças têm mãe, mas ela não. Essa constatação, aparentemente simples, organiza toda a experiência da personagem e estrutura o modo como o medo se insinua em sua vida cotidiana. A ausência não é explicada nem narrada retrospectivamente; ela é dada como fato, como condição de existência. O silêncio em torno da mãe não funciona como lacuna a ser preenchida, mas como presença constante que molda a percepção de Jacinta sobre o mundo.

É nesse contexto que surge a figura da mulher da guarda. Longe de assumir a forma de um anjo protetor ou de uma solução redentora, essa personagem ambígua — uma mulher idosa, silenciosa, que cavalga um cavalo azul e carrega um

olho na mão — habita o espaço da imaginação sem eliminar a precariedade da experiência vivida. Sua presença não resolve o medo, mas o torna habitável. Trata-se de uma proteção que acompanha, não que salva.

As ilustrações de Alejandra Acosta desempenham papel central na construção dessa atmosfera. A paleta restrita, marcada por tons de azul intenso e preto, reforça a sensação de suspensão e de instabilidade. As imagens não se limitam a ilustrar o texto verbal; elas instauram uma temporalidade própria, feita de pausas, repetições e sobreposições. O silêncio, aqui, também é visual: ele se manifesta nas sombras, nos vazios da página e na ausência de contornos precisos.

A estrutura narrativa de *A mulher da guarda* (Bertrand; Acosta, 2019) aprofunda esse movimento ao recorrer a histórias dentro da história. Jacinta, ao cuidar dos irmãos menores, conta-lhes uma longa narrativa — grafada em letras azuis — na qual crianças enfrentam monstros que tomaram sua casa. Esse segundo nível narrativo espelha, de forma simbólica, o medo real vivido pelos personagens. A distinção entre fantasia e realidade torna-se instável, e o leitor é convidado a permanecer nessa zona de indeterminação.

Em *A mulher da guarda* (Bertrand; Acosta, 2019), a reflexão de Anderson da Mata (2006) sobre a narratividade do trauma ilumina um outro tipo de experiência-limite, menos vinculada ao acontecimento histórico explícito e mais à vivência da perda e da ausência. O trauma não se manifesta como ruptura súbita, mas como condição persistente que atravessa o cotidiano da infância, organizando-se em silêncios, repetições e imagens simbólicas. A narrativa não busca preencher a lacuna deixada pela ausência materna, mas criar formas de torná-la habitável, reconhecendo que certas experiências não se elaboram pela explicação, e sim pela imaginação e pela espera.

A figura da mulher da guarda, identificada no posfácio como Chokyi Drolma, da tradição popular tibetana, acrescenta uma camada simbólica importante, sem, contudo, estabilizar o sentido da narrativa. Mesmo quando nomeada, essa perso-

nagem não se converte em chave interpretativa definitiva. Sua função não é esclarecer, mas acompanhar. O cuidado que ela oferece não elimina a dor nem recompõe a ausência materna; ele apenas permite que Jacinta e os irmãos atravessem a noite.

Nesse sentido, *A mulher da guarda* articula de maneira particularmente sensível a relação entre infância, silêncio e imaginação. A imaginação não aparece como fuga da realidade, mas como forma de elaboração possível diante daquilo que não pode ser resolvido. O silêncio que atravessa a narrativa não é vazio, mas espaço de criação simbólica, no qual o medo pode ser nomeado de forma indireta e compartilhada.

Ao recusar explicações causais e finais pacificadores, a obra reafirma a ética da espera que atravessa as narrativas analisadas neste capítulo. A infância, aqui, não é protegida da experiência da perda; ela a atravessa com os recursos que lhe são possíveis — a imaginação, a narrativa, o silêncio. O leitor, por sua vez, é convocado a sustentar essa espera, reconhecendo que nem toda dor pode ser superada ou compreendida plenamente.

Assim, *A mulher da guarda* exemplifica como a literatura infantil latino-americana contemporânea pode elaborar experiências de trauma e ausência sem recorrer ao didatismo ou à consolação. Ao narrar o que não se diz, a obra preserva a complexidade da experiência infantil e afirma a literatura como espaço de escuta, cuidado e resistência simbólica.

## Considerações finais

Narrar o que não se diz não significa renunciar à palavra, mas reconhecer seus limites e, ainda assim, permanecer com ela. As narrativas analisadas neste capítulo – *Os afogados* (Andruetto; Rabanal, 2021) e *A mulher da guarda* (Bertrand; Acosta, 2019) – demonstram que a literatura infantil latino-americana contemporânea tem elaborado experiências de trauma, perda e violência histórica não por meio da explicitação dos acontecimentos, mas pela construção de zonas de silêncio,

espera e suspensão de sentido. Nesses textos, o não-dito não é falha narrativa, mas gesto ético que preserva a complexidade da experiência humana diante daquilo que excede a linguagem.

Ao recusar o fechamento interpretativo e o consolo simbólico, essas obras afirmam uma concepção de infância que se distancia tanto da idealização quanto da pedagogização do sofrimento. A infância não aparece como espaço de inocência preservada nem como metáfora abstrata do futuro, mas como território sensível de inscrição da História. Ainda que as crianças não compreendam plenamente os acontecimentos que as atravessam, seus corpos, gestos, medos e silêncios revelam uma profunda afetação pela violência, pela ausência e pela precariedade da proteção. A literatura, nesse contexto, torna-se espaço privilegiado para acolher aquilo que não pôde ser simbolizado no momento da experiência.

O silêncio que atravessa essas narrativas não é homogêneo. Em *Os afogados* (Andruetto; Rabanal, 2021), ele se associa à memória política e à repressão estatal, manifestando-se como atmosfera de medo e ameaça constante, inscrita na fragmentação temporal e na força inquietante das imagens. Em *A mulher da guarda* (Bertrand; Acosta, 2019), o silêncio se articula à ausência materna e à fragilidade dos vínculos de cuidado, encontrando na imaginação e na narrativa compartilhada uma forma de tornar habitável a experiência da perda. Em ambos os casos, o silêncio opera como resto da experiência traumática – aquilo que insiste em retornar sob formas indiretas, fragmentárias e sensíveis.

Ao dialogar com reflexões que pensam a literatura como espaço de risco, pergunta e escuta, este capítulo buscou situar a literatura infantil no interior das Humanidades, não como campo menor ou preparatório, mas como espaço crítico de elaboração ética e simbólica do humano. A aposta no silêncio, na espera e na abertura interpretativa aproxima essas narrativas de uma ética da leitura que reconhece o leitor como sujeito ativo, convocado a sustentar a ambiguidade e a recusar respostas fáceis.

Nesse sentido, o projeto editorial do Selo Emília, ao reunir narrativas latino-americanas que abordam experiências infantis marcadas pela violência histórica, pela ausência e pela precariedade, pode ser compreendido como gesto de resistência cultural e de valorização da bibliodiversidade. Ao recusar a homogeneização das experiências e a transparência totalizante, essas obras afirmam a literatura como espaço de escuta e cuidado, no qual o silêncio não é apagamento, mas forma de presença.

Narrar o que não se diz, portanto, não é apenas um procedimento estético, mas uma tomada de posição ética diante do trauma e da infância. Ao preservar o não-dito, essas narrativas reconhecem que há experiências que não se deixam converter em relato, mas que ainda assim exigem ser acolhidas. A literatura infantil latino-americana contemporânea, ao sustentar esse gesto, reafirma sua potência de imaginar, resistir e permanecer — em silêncio, em espera, em escuta.

## Referências

- ANDRUETTO, María Teresa. Reflexões sobre a literatura e o leitor. *De infancias y literatura*, 20 maio 2020. Disponível em: <https://infancialiteratura.wordpress.com>. Acesso em: 10 set. 2025.
- \_\_\_\_\_ ; RABANAL, Daniel. *Os afogados*. Tradução de Marina Colasanti. Vilas do Atlântico (BA): Solisluna, 2021.
- BAJOUR, Cecilia. *Literatura, imaginación y silencio: desafíos actuales en mediación de lectura*. Lima: Biblioteca Nacional del Perú, 2020. Disponível em: <https://vacollege.edu.pe/uploads/libros/pdf/literatura-imaginacion-y-silencio.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.
- BERTRAND, Sara; ACOSTA, Alejandra. *A mulher da guarda*. Tradução de Cícero Oliveira. Vilas do Atlântico (BA): Solisluna, 2019.
- MATA, Anderson Luís Nunes da. *O silêncio das crianças: representações da infância na narrativa brasileira contemporânea*. 2006. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2013.